



DOCENTES EM GREVE

REAJUSTE - ORÇAMENTO - CARREIRA - REVOGAÇÃO - APOSENTADORIA



Greve da Educação Federal e Negociação com Governo Avaliação do Comando Local de Greve da APES

Ao final de 2023, após diversas tentativas de negociação por parte do Fórum dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE), o governo apresentou uma proposta de reajuste de auxílios e salários para servidores públicos federais. A proposta incluía as carreiras de Técnicos Administrativos em Educação (TAE), da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) e do Magistério Superior (MS). Considerando tal proposta insuficiente, o FONASEFE protocolou nova proposta, mantendo a reivindicação de equiparação dos auxílios com os poderes legislativo e judiciário e reduzindo os percentuais de reajuste salarial para 7% em 2024, 7% em 2025 e 7% em 2026, para professores, e para 10% nos mesmos anos para TAEs.

Diante da intransigência do governo nos primeiros meses de 2024, a greve da educação federal se construiu. Em 13 de março, a base da **FASUBRA**¹ deflagrou greve por tempo indeterminado, contando **atualmente com 67 instituições federais de ensino paralisadas**. Apesar da realização de algumas reuniões com o governo, a categoria TAE pouco avançou na pauta orçamentária naquele mês. Em 3 de abril, o **SINASEFE**² (TAE e EBTT) também deflagrou greve por tempo indeterminado, **atualmente com 79 seções sindicais paralisadas**. No dia 15 de abril, foi a vez do **ANDES-SN**³ (EBTT e MS) iniciar sua greve, com cerca de 20 instituições. Ao longo de abril, a greve foi se consolidando e fortalecendo e, hoje, **já conta com 50 instituições federais de ensino paralisadas**, incluindo instituições cuja categoria docente não integra a base de sindicalização do ANDES-SN e do SINASEFE.

Diante da força do movimento grevista e das mobilizações em Brasília, como a audiência pública na Câmara dos Deputados, no dia 16, e a Marcha dos Servidores Públicos Federais, no dia 17, o governo agendou para o dia 19 de abril uma mesa de negociação de carreira para as categorias TAE, EBTT e MS. A oferta do governo para as três categorias foi a mesma em relação aos reajustes de auxílios e salários: **manutenção da proposta anterior para os auxílios e um pequeno aumento nos índices de reajuste para os salários, com a manutenção de 0% em 2024, 9% em 2025 e 3,5% em 2026**.

¹ Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

² Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

³ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior



DOCENTES EM GREVE

REAJUSTE - ORÇAMENTO - CARREIRA - REVOGAÇÃO - APOSENTADORIA



Ainda que a alteração dos auxílios e dos índices de reajuste salarial, com a antecipação em 2025 de maio para janeiro, ateste que a greve pressionou o governo para a mudança de sua posição inicial, o movimento paredista considerou a proposta insuficiente pelos seguintes motivos: i) exclusão dos aposentados e aposentadas; ii) não recomposição das perdas inflacionárias acumuladas; iii) não equiparação dos auxílios com aqueles pagos a servidores e servidoras do legislativo e do judiciário; e, iv) desconsideração da recomposição orçamentária das universidades e dos institutos federais.

A negativa das entidades em relação à proposta apresentada pelo governo no dia 19 de abril, a intensificação e a firmeza da greve surpreenderam o governo que mudou a sua tônica e passou a sinalizar a possibilidade de novas reuniões com o movimento grevista. Como ilustração dessa reorientação, no dia 07 de maio, no programa 'Bom Dia, Presidente'⁴, o Presidente Lula se manifestou novamente em defesa da legitimidade do movimento grevista da educação federal e informou que tanto a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, quanto o Ministro da Educação (MEC), Camilo Santana, estariam empenhados em “negociar o mais rápido possível”. **No mesmo dia, o MEC marcou reunião da Mesa Setorial Permanente de Negociação para o dia 13 de maio, segunda-feira.** Ainda como desdobramento das mobilizações e da movimentação do governo, **foi agendada para o dia 15 de maio, quarta-feira, a Mesa Específica e Temporária do Magistério Federal, no MGI.**

Com o anúncio de uma possível nova proposta do governo, as evidências aparentavam ganhar materialidade. Soma-se à possível nova proposta do governo o anúncio do ministro de educação Camilo Santana de desbloqueio do orçamento para as instituições federais de ensino, com a liberação de R\$347 milhões. É importante ressaltar que esse valor é irrisório diante das necessidades e exigências de qualidade requeridas pelo sistema federal de educação, que amarga um corte bilionário de recursos nos últimos 10 anos. De todo modo, a liberação de recursos configura-se em uma inflexão do governo diante do silenciamento sobre limites orçamentários para as universidades e para os institutos federais, motivada pelo contexto de greve. Ao mesmo tempo, tal inflexão reforça a necessidade das pressões do ANDES-SN em favor da recomposição integral do orçamento.

Enquanto as reuniões agendadas e o desbloqueio parcial do orçamento para as instituições federais sinalizam progressos em meio à greve, surgem manobras governamentais que podem minar a união do movimento. As mesas agendadas nesta

⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=lcw9198gamY>



DOCENTES EM GREVE

REAJUSTE - ORÇAMENTO - CARREIRA - REVOGAÇÃO - APOSENTADORIA



semana (13 e 15 de maio) referem-se apenas aos docentes, o que gerou indignação na base do SINASEFE⁵ e da FASUBRA. Cabe ressaltar que a categoria TAE está em greve há mais de dois meses.

Em 09/05, a realização do Dia Nacional em Defesa das Universidades, Institutos e Cefets permitiu a construção de atividades mobilizadoras por todo o país, aquecendo as condições de negociação. Nessa atividade, a ação do ANDES-SN em conjunto com FASUBRA, SINASEFE, FENET e UNE mostrou que a unidade do setor da educação também contribuiu para demover o governo de uma posição protelatória com o movimento.

Ao contrário das expectativas criadas pela comunicação do governo no início de maio, os representantes do MEC não apresentaram nenhuma resposta às pautas das categorias na Mesa Setorial Permanente de Negociação realizada no dia 13 de maio.

É importante mencionar que, para além dos elementos mais diretamente relacionados à conjuntura da greve da educação, o momento atual requer que nossa atenção e nossa mobilização se voltem, também, para a tragédia que assola o Rio Grande do Sul. As chuvas que atestam a crise climática, combinadas a décadas de política neoliberal, resultaram em uma das maiores tragédias da história do País. A população enfrenta um cenário de guerra em um Estado incapaz de responder à altura da crise. É crucial que o movimento grevista siga considerando esse elemento da conjuntura nacional no planejamento das próximas ações e apoie as campanhas solidárias à população atingida.

A greve da educação federal recebeu ampla repercussão na mídia corporativa e reconhecimento pela população em geral, revelado em pesquisa divulgada na última semana⁶, na qual 78% da população considerou a greve como justa. Face a esse apoio e ao cenário desafiador, a responsabilidade da categoria enquanto trabalhadoras e trabalhadores da educação torna-se ainda maior na exigência de respostas ágeis do governo para o desfecho da greve.

Por fim, torna-se fundamental reforçar as mobilizações, dentre as quais as previstas para os dias 21 e 22 de maio em conjunto com FASUBRA, SINASEFE e CUT, a fim de incrementar a pressão sobre o governo para que se estabeleça uma negociação efetiva.

⁵ <https://sinasefe.org.br/site/nota-do-comando-nacional-de-greve-do-sinasefe/>

⁶ <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2024/05/o-que-os-brasileiros-pensam-sobre-as-greves-nas-universidades-federais.ghtml>